

Antonio Scarpinetti/SEC Unicamp

Após Universidade de Brasília, Unicamp cria disciplina sobre o 'golpe de 2016'

JEFERSON BATISTA
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

Depois de o Ministério da Educação reagir negativamente a um curso da UnB (Universidade de Brasília) intitulado "O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil", a Unicamp vai realizar disciplina optativa, aberta ao público, de mesmo tema e nome.

Estão previstas aulas como "A fragilidade da democracia brasileira", "As políticas do governo golpista", "A nova direita", "O jogo político do STF e o golpe", "O ataque à educação" e "As reformas trabalhista e previdenciária".

Assuntos sobre direitos das mulheres, comunidades quilombolas, população indígena, artes e meio ambiente

também estão no programa.

Segundo Wagner Romão, professor de ciência política da Unicamp, a intervenção federal na segurança pública do Rio também será discutida.

Ao menos 30 professores da universidade vão lecionar no curso. Com duração prevista de três meses, as aulas serão realizadas no IFCH (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas), até maio.

Perguntado sobre as bases teóricas do curso, o professor do IFCH Armando Boito Júnior afirmou que "cada professor vai dar aula sobre o tema que pesquisa". "São pesquisadores e especialistas no assunto, ninguém vai lá para dar opinião", diz.

Também professora do instituto, a cientista política An-

dreia Galvão diz que há pesquisas sobre o impeachment de Dilma Rousseff desde o início do processo e este momento é uma oportunidade de trazê-las a público.

A bibliografia das aulas ainda não foi divulgada. Além da ciência política, professores de Unicamp de áreas como antropologia, história, sociologia, economia e linguística confirmaram presença nas atividades.

AUTONOMIA

O caso da UnB levou o Ministério da Educação a pedir apuração sobre a possibilidade de seus criadores terem cometido improbidade administrativa. O ministro Mendonça Filho pediu que órgãos de investigação avaliassem se

a universidade pode alocar professores "para promover uma disciplina que não tem nenhuma base na ciência, é apenas promoção de uma tese de um partido político".

Para Boito Júnior, da Unicamp, o MEC não respeitou a autonomia universitária e a liberdade de expressão, além de não ter direito de intervir no conteúdo pedagógico de uma universidade. "Se ele [Mendonça Filho] acha que o curso da UnB é propaganda de um partido político, é problema dele. A universidade não tem que dar satisfação."

Segundo Andreia Galvão, o curso também é uma forma de solidariedade com o professor que ministrará a disciplina em Brasília, Luis Felipe Miguel. Ela diz que não tem previsão de quantas pessoas devem participar das aulas.

O posicionamento do ministro em relação à UnB foi parar na Comissão de Ética Pública da Presidência. Procurado, o MEC não se manifestou.



O cientista político Wagner Romão, professor da Unicamp